



**Governo do Estado de São Paulo**  
**Controladoria Geral do Estado**  
**Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público**

**DESPACHO**

**Nº do Processo:** 009.00001323/2023-71

**Assunto:** Protocolo SIC.SP [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

**UNIDADE:** Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Questionamento acerca de processo de desapropriação. Pedido não objeto da LAI. Não conhecimento.

**DECISÃO CGE-CODUSP/LAI Nº 00235/2023**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado ao Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, conforme consta do protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta e em recurso, mesmo sendo um pedido que está fora do escopo da Lei de Acesso à Informação, o órgão explicou que todos os esclarecimentos acerca do pedido já foram prestados e que: (i) concedeu vistas do referido processo administrativo; (ii) forneceu cópias dos documentos solicitados; (iii) realizou conferência para dirimir as dúvidas do solicitante e concluiu que as informações prestadas estão corretas; (iv) ressaltou que o processo judicial de desapropriação foi instaurado no ano de 1974, tramitou pela 9ª Vara Cível da Justiça Federal, encontra-se extinto, transitado em julgado e arquivado no fórum. Insatisfeito, o cidadão interpôs o presente apelo cabível a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. Em análise do caso concreto, verifica-se que a solicitação objeto do presente recurso não se configura como pedido de acesso à informação, pois se trata de consulta para demonstração dos elementos informativos sobre a desapropriação de uma área específica, caracterizando situação que não encontra respaldo na legislação de acesso à informação.
4. Nesse sentido, cabe esclarecer, que o SIC.SP recebe demandas relativas a acesso a informações, dados e documentos, produzidos e/ou acumulados na Administração Pública estadual, conforme disposto no artigo 7º da referida Lei de Acesso à Informação - LAI.
5. Ressalta-se, ainda, que a LAI garante acesso a informações existentes nos órgãos e entidades públicas, no entanto, pedidos que requerem pronunciamento do órgão fogem ao escopo da Lei de Acesso a Informação (LAI), não caracterizando, portanto, pedidos de acesso a informação, exceto nos casos em que o órgão já tenha consolidado o objeto da consulta em documentos oficiais.

6. Desta forma, o presente recurso não encontra respaldo na legislação vigente para ser conhecido, carecendo, portanto, de motivação e do pressuposto recursal da negativa de acesso, conforme previsto no artigo 20, caput, do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação alterada pelo artigo 31 do Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, com alterações posteriores.
7. Considerando que não se almeja reforma da resposta ofertada pelo órgão, **não conheço do recurso**, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175/2015, alterado pelo Decreto 66.850/2022.
8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 07 de julho de 2023.

**Valmir Gomes Dias**

Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público - Coordenador



Documento assinado eletronicamente por **Valmir Gomes Dias, Coordenador de Ouvidoria de Defesa do Usuário do Serviço Público**, em 07/07/2023, às 15:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site